



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11346 - Resumo Expandido - Trabalho - 4ª Reunião Científica da ANPEd Norte (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 05/GT 11 - Estado e Política Educacional e Políticas de Educação Superior

OS PROCESSOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO AMAPÁ : ESTADO DA ARTE

Maria Sonale de Queiroz - UNIFAP - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

Margareth Guerra dos Santos - UNIFAP - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

Agência e/ou Instituição Financiadora: Capes

OS PROCESSOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO AMAPÁ : ESTADO DA ARTE

INTRODUÇÃO

Esse estudo trata do estado da arte, teve como objetivo realizar um balanço da produção do conhecimento nas bases de dados científicas, com a finalidade de encontrar recentes produções que cercam o objeto de pesquisa em andamento, que versa sobre os processos de monitoramento e avaliação do Plano Estadual de Educação do Amapá - PEE/AP.

Os processos de monitoramento e avaliação são considerados como instrumentos importantes na execução dos planos educacionais, vistos como etapas que se articulam continuamente em um único processo para contribuir com o alcance das metas propostas, possibilitando que seja apontado no percurso do plano, as lacunas e eventuais mudanças, incorporando a ele o caráter de flexibilidade para absorver as demandas da sociedade. Por isso, considera-se a necessidade de compreender o ciclo das discussões das políticas educacionais que se relacionam com esses processos (DOURADO, 2016).

Desse modo, entende-se a relevância da consituição do estado da arte relacionado aos processos de monitoramento e avaliação dos planos, por ser um tipo de estudo que em determinada área do conhecimento, possibilita a identificação dos aportes teóricos para a construção e prática da pesquisa, além de proporcinar ao pesquisador que identifique os

apontamentos, as restrições e as lacunas, permitindo o acúmulo de experiências inovadoras e passíveis de alternativas para solução dos problemas na sua aplicação (ROMANOWSKI; ENS, 2006).

Portando, visando superar o empirismo no campo da pesquisa e buscando compreender o ciclo dos processos de monitoramento e avaliação dos planos no campo das políticas educacionais, constuiu-se o estado da arte, fazendo o balanço da produção do conhecimento pertinente ao monitoramento / acompanhamento e avaliação dos planos decenais de educação, que são identificados como Plano Nacional de Educação (PNE), Plano Estadual de Educação (PEE) e Plano Municipal de Educação (PME). O estudo considerou o PNE 2014-2024 e os respectivos planos subnacionais, com recorte temporal de 2014-2020.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, que consiste no estado da arte, também identificado como revisão narrativa ou tradicional, esse tipo de pesquisa é definida pelo caráter de inventariar, sistematizar, descrever e discutir a produção ou desenvolvimento em determinada área do conhecimento, sob o ponto de vista teórico ou contextual (ROTHER, 2007). Portanto, *“não exigindo um protocolo rígido para sua confecção”* (CORDEIRO, 2007, p. 429).

Mesmo não havendo rigor do protocolo, torna-se necessário a definição dos critérios de buscas, que subsidiarão a pesquisa, pois o estado da arte permite ao pesquisador mapear o caminho da investigação, oportunizando: a percepção dos discursos contínuos e contraditórios, das abordagens metodológicas, da relevância do conhecimento produzido, dentre outras contribuições (MESSINA, 1998). Com essa finalidade, buscou-se responder a seguinte questão: Quais os processos de monitoramento e avaliação do plano estadual de educação do Amapá? Diante da questão foram definidos os descritores variáveis (Plano de Educação; Planejamento Educacional, Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação, Plano Municipal de Educação) e os descritores contextos (Monitoramento/Acompanhamento/Avaliação). A opção para equação de busca, foi o operador de inclusão (AND), na sequência foi realizado o cruzamento dos descritores, uma a uma, conforme o exemplo: “Plano de Educação” AND “Monitoramento”, “Plano de Educação” AND “Acompanhamento” e assim por diante. Os critérios de inclusão foram os artigos, dissertações e teses, disponibilizados nas bases de dados: ANPED, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no Portal CAFe e no Portal SCIELO, a coleta dos dados das produções apreendidas pelo ano de publicação, os autores, os títulos, os objetivos, as metodologias e a relevância, tendo como recorte temporal o período de 2014 a 2020, para o estudo ao qual se propõe.

As buscas ocorreram no período de 06 a 14 de maio de 2021, inicialmente, apresentaram 238 resultados de produções: 123 na BDTD, 90 no Portal CAFe e 25 no Portal SCIELO. No banco de dados da ANPED, não foram encontrados resultados com nenhum dos

descritores no período em destaque. É importante ressaltar que o número de produções disponibilizadas pelos descritores definidos, foram equivalentes nas buscas dos portais selecionados. A primeira seleção das produções, seguiu os critérios estabelecidos e já descritos, resultando em 23 trabalhos. Contudo, após a leitura dos trabalhos, realizou-se um novo filtro, passando a considerar as produções que apresentavam relevância para o objeto de estudo, com isso, a seleção final se constituiu em 08 trabalhos que situam a discussão dos planos educacionais em vigência, dando ênfase as abordagens atinentes aos processos de monitoramento e avaliação dos planos decenais de educação. Diante disso, com o intuito de compreender as reflexões dos estudos selecionados, realizou-se a sistematização, destacando nos trabalhos os pontos que se relacionam com o campo da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A produção de Moraes (2014), teve como objetivo analisar o Plano Municipal de Educação (PME) de Benevides, estado do Pará. A metodologia aplicada foi a pesquisa qualitativa, realizando a aferição de dados e análise documental. As reflexões da autora apontaram que, o plano enquanto política pública estruturou suas diretrizes com base no planejamento, cujo instrumento não deve ter sua relevância questionada, Moraes destaca ainda, que o plano não pode partir somente da compreensão técnica, mas também de um processo de decisão política e social, que seja encimado em informações precisas, transparentes, éticas e com aceitação de diferentes visões, buscando soluções conjuntas que possam conduzir ao aprendizado contínuo. Sob esse aspecto, a pesquisa identificou que a construção e execução de um Plano Municipal de Educação, necessita do engajamento dos atores sociais, segundo a autora, esse envolvimento afastaria os problemas das decisões centralizadas e alheias aos interesses da comunidade escolar e da sociedade civil. Outro ponto destacado como relevante por Moraes, é quanto a implementação do que foi planejando, pois esse fato pode refletir na dificuldade que a gestão tem de associar elaboração com implementação, conforme a autora, essa é uma prática vivenciada no cotidiano da administração pública. O estudo de Moraes refletiu ainda, a necessidade de adoção de uma postura comprometida com a perspectiva do monitoramento e avaliação do plano, pois são elementos de conexão indispensáveis para o planejamento público. Contudo, apontou a demanda de se construir um instrumento avaliativo que seja capaz de conduzir ao fortalecimento da prática do planejamento, evidenciando o movimento e a efetividade do plano.

O estudo de Dourado (2016), discute o monitoramento e avaliação dos planos de educação: breves contribuições, o trabalho objetivou situar a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) por meio da Lei n. 13.005/2014 e dos planos decenais correspondentes, elaborados pelos entes federados (estados, Distrito Federal e municípios). O autor partiu do pressuposto analítico de que os processos que propõem a materialização dos planos de educação são complexos, justificando que o retrado do estado brasileiro é assimétrico e, por consequência, apresenta limites no horizonte de efetivação dos direitos sociais e na capilaridade das políticas, com destaque para as políticas educacionais. O autor considera que

os aspectos econômicos, socioambientais e dentre outras implicações tornam as desigualdades entre os entes federados, acrescenta que esses fatores são condicionantes para que efetivação de políticas ocorram de maneira linear, demandando para a necessidade de se criar condições objetivas e políticas que direcionem o cumprimento das metas e estratégias dos planos, visto que a Constituição Federal (CF) de 1988 indica novas diretrizes que contemplam os direitos sociais no país, tendo como eixo um novo pacto federativo. Dourado ressalta que a CF estruturou a lógica política que sinaliza para a autonomia e o regime de colaboração, a ser regulamentado entre os entes federados.

Os autores Menezes e Souza (2018), pesquisaram sobre os processos de monitoramento e avaliação dos planos estaduais de educação consoantes ao novo PNE, a pesquisa objetivou analisar as decisões relativas ao monitoramento e à avaliação constantes dos Planos Estaduais de Educação (PEE), criados ou adequados em consonância às metas e as estratégias do PNE 2014-2024, aprovados até o último dia de 2016. Os autores enfatizam sobre a participação social no monitoramento e avaliação dos planos de educação, apontaram que, embora seja presenciado obstáculos para consecução dos processos de monitoramento e avaliação que retroalimentam o curso das ações públicas em torno do que prevê o PNE 13.005/2014, seu texto dedicou meta específica à essa finalidade, na qual sinaliza quanto ao papel estratégico da colaboração entre os entes federados e as instituições da sociedade civil. Contudo, enfatizaram à necessidade de ações que possibilitem as avaliações contínuas e periódicas, envolvendo os atores sociais. A pesquisa em referência, também revelou que, a avaliação constantes dos Planos Estaduais de Educação, as decisões relativas aos processos de monitoramento e a avaliação, criadas ou adequadas em consonância as metas e estratégias do PNE, apresentaram como conclusão mais ampla que, em larga medida, os processos de monitoramento e a avaliação não assumem centralidade nos planos estudados, tornando-os apenas como instrumento técnico, de caráter normativo e gerencialista, desprovidos do sentido político que os conduzem ao longo dos ciclos da política de planejamento da educação. Portanto, Souza e Menezes, afirmaram que de modo geral, os 24 planos estaduais analisados por eles expõem déficits informacionais em seus respectivos documentos, que se estendem em consequência da precariedade de dados acerca do seu processo de elaboração social e aprovação, nas esferas do legislativo e do executivo estadual, os autores fizeram referência aos relatos dos investigados nos planos, relacionados as lacunas deixadas pelas instâncias estaduais, responsáveis pela realização de estudos e publicações dos indicadores que dão subsídios às ações de monitoramento e avaliação de suas metas, falam da ausência de detalhamento sobre disposições vinculadas às respectivas especificidades estaduais que exprimem suas ações, ou seja são muitas as incompreensibilidade que ainda persistem nos planos atuais, especialmente quanto as instituições responsáveis pelo monitoramento e avaliação, para os autores essas questões colocam em dúvidas a exequibilidade técnica desse processo em alguns estados.

Corrêa (2019), pesquisou sobre a Avaliação e Monitoramento dos Planos Municipais de Educação na Região Cone Sul/MS (2015-2017), o trabalho teve como objetivo geral

analisar os procedimentos e orientações legais do monitoramento e da avaliação em relação aos Planos Municipais de Educação. O método de investigação utilizado pela autora foi a pesquisa documental, por meio da qual analisou os planos Municipais de Educação em sete municípios investigados, os relatórios de monitoramento e avaliação e outros documentos produzidos por intermédio dos responsáveis pelos processos de monitoramento e avaliação dos planos. A autora pauta na sua reflexão sobre os procedimentos orientados as instâncias federais que estabeleceram os indicadores, parâmetros e instrumentos para os processos de monitoramento e avaliação, destaca que nesses processos vêm prevalecendo um forte protagonismo da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação e do Conselho Nacional de Secretários de Educação, cabendo aos sujeitos dos municípios analisados a ação centrada no preenchimento de formulários, além do número restrito da participação social. Contudo o estudo avaliou que o processo de monitoramento e avaliação tem se demonstrado fragilizado enquanto atribuição dos indicadores a cada meta, tornando-se uma atividade complexa e que em alguns casos prejudicou ou impossibilitou a aferição dos resultados de algumas metas, devido à falta de dados oficiais atualizados.

O estudo de Oliveira (2020), trata da atuação das instâncias definidas pela lei estadual nº 18.492/2015 no monitoramento e avaliação do plano estadual de educação do Paraná 2015-2025, objetivou determinar se existe mobilização para atuação efetiva no monitoramento contínuo e nas avaliações periódicas do plano, utilizou-se da abordagem qualitativa, com a coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas. Os resultados das entrevistas demonstraram um cenário de dificuldades tanto financeiras quanto políticas para cumprir as metas do plano e ações muito singelas e não conclusivas das instâncias em relação às atribuições que lhes foram estabelecidas na lei. A análise trazida pelo autor, também indica que, apesar de quase cinquenta por cento do prazo de vigência do plano já ter decorrido, as instâncias ainda não se mobilizaram e nem possuem qualquer plano formal de trabalho para monitorar continuamente ou avaliar periodicamente o Plano Estadual de Educação do Paraná.

CONCLUSÕES

O estado da arte oportunizou a realização do balanço da produção do conhecimento dos planos decenais de educação em algumas regiões do Brasil, possibilitando refletir à necessidade de uma política, que em seu processo de implementação possa ser compreendida como monitoramento e avaliação da vida útil do plano, que seja capaz de nos seus desdobramentos identificar os impactos ao término de cada ciclo a que correspondem suas ações, que possa gerar alertas sobre os indicadores de desempenho em tempo hábil, oportunizando a readequação das políticas com vista, ao cumprimento das metas previstas.

Além disso, os estudos dos processos de monitoramento e avaliação contribuem para adequação das ações que possam não somente elevar o desempenho dos indicadores das metas do plano, mas, especialmente, elevar a qualidade da educação, isso torna-se primordial para o sucesso de uma política.

Portanto as análises e reflexões abordadas nos estudos contribuem de forma significativa para fundamentação da pesquisa em andamento que versa sobre os processos de monitoramento e avaliação do PEE/AP.

PALAVRAS-CHAVE: Plano de educação. Monitoramento e avaliação. Estado da arte.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Alzira Batalha; SOUZA, Donaldo Bello de. Planos Municipais de Educação metropolitanos: desafios ao acompanhamento e avaliação local. *Perspectiva - Revista do Centro de Ciências da Educação PERSPECTIVA*, Florianópolis, v. 35, n. 3, p. 758-783, jul./set. 2017.

ARANDA, Maria Alice de Miranda; RODRIGUES, Evely Solaine de Souza; MILITÃO, Sílvio Cesar Nunes. **Monitoramento e avaliação dos planos decenais de educação: a produção do conhecimento no Brasil**. *Educar em Revista*, v. 36 Print version ISSN 0104-4060 On-line version ISSN 1984-0411/ Artigo, 2020.

CORDEIRO, A. M. et al. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. *Rev. Col. Bras. Cir.*, v. 34, n. 6, p. 428-431, 2007.

CORRÊA, Josiane Caroline de Souza Salomão. **Avaliação e monitoramento dos Planos Municipais de Educação na Região Cone Sul/MS (2015-2017)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Grande Dourados /MS, 2019.

DOURADO, Luiz Fernandes; FURTADO, Roberval Ângelo; JUNIOR, Geraldo Grossi **Monitoramento e avaliação dos planos de educação: breves contribuições**. *RBPAAE* - v. 32, n. 2, p. 449 - 461 mai./ago. 2016.

MENEZES, Janaína Specht da Silva; SOUZA; Donaldo Belo de. Monitoramento e avaliação nos Planos Estaduais de Educação consoantes ao novo PNE. *Pro-Posições*, vol.29 no.3 Campinas Sept./Dec. 2018.

MESSINA, Graciela. **Estudio sobre el estado da arte de la investigación acerca de la formación docente en los noventa. organización de estados iberoamericanos para la educación, la ciencia y la cultura**. in: reunión de consulta técnica sobre investigación en formación del profesorado. México, 1998.

MORAES, Mary Ellen Costa. **O plano municipal de educação de Benevides-PA: processo de monitoramento e avaliação**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Gestão Pública, Belém, 2014.

OLIVEIRA, Celso Augusto Souza de. **A atuação das instâncias definidas pela Lei Estadual Nº 18.492/2015 no monitoramento e avaliação do Plano Estadual de Educação do Paraná 2015-2025**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná. Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Curitiba, 2020.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R.T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da Arte”. *Diálogos educacionais*, v.6. n.6, p.37- 50, 2006.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática e revisão narrativa. *Revista Acta Paul enferm*, v.20 nº 02. 2007.

SANTOS, Rosangela dos. **A participação social no monitoramento e avaliação dos planos de educação dos municípios da Zona da Mata Mineira**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Curitiba, 2020.